

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

LEI N. 580 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1908

INSTITUE PREMIOS Á LAVOURA

DECRETO N. 321

QUE DEU REGULAMENTO Á MESMA LEI

TRADUZIDO EM ITALIANO E ALLEMÃO



VICTORIA
IMPRESSA OFFICIAL

1909

Ex. 2



LEI N. 580

Auctorisa o Presidente do Estado a desapropriar, por utilidade publica, as terras incultas circumvisinhas a esta Capital e institue diversos premios.

O Presidente do Estado, cumprindo o que determina o art. 40 da Constituição, manda que tenha execução a presente lei do Congresso Legislativo:

Art. 1.º E' o Presidente do Estado auctorisado a desapropriar, por utilidade publica, as terras incultas e circumvisinhas a esta capital, comprehendendo a área que for julgada necessaria para nellas estabelecer agricultores que se dediquem a pequena lavoura.

Art. 2.º Estas terras serão divididas em lotes de 2 até 8 hectares, cada um, as quaes serão concedidas gratuitamente a lavradores com a condição de as cultivar, de accordo com o regulamento dado á presente lei.

Art. 3.º Aos agricultores que nellas se estabelecerem, o governo fornecerá ferramentas e machinas agrarias, fazendo-lhes ministrar a necessaria instrucção technica.

Art. 4.º Ficam instituidos os seguintes premios:
a) Cinco, de 200\$000 cada um, em favor dos agricultores estabelecidos nas terras de que tratam os arts. 2 e 3, que mais se distinguirem no preparo dos productos e maior quantidade produzida.

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
1391	26-9-78

b) Um, de cinco contos de réis, para o agricultor que, dentro de 10 annos, e em cada uma de duas colheitas seguidas produzir, no Estado, e exportar mais de 10 toneladas de cacáu.

c) Dez, de quinhentos mil réis cada um, em favor dos agricultores que, no Estado, cultivarem, produzirem e exportarem mais de seis mil kilos de batatas, conhecidas por «batata inglesa.»

d) Vinte, de um conto de réis cada um, para os agricultores que, no Estado, cultivarem, produzirem e exportarem doze mil kilos de arroz beneficiado.

e) Dez, de quinhentos mil réis cada um, para os agricultores que, no Estado, cultivarem a videira, fabricarem e exportarem mais de quatro mil litros de vinho, julgado puro.

f) Dez, de dous contos de réis cada um, para os agricultores que, no Estado, colherem e exportarem mais de mil litros de óleo de algodão ou dois mil litros de óleo de mamona.

g) Dez, de um conto de réis cada um, para os agricultores que, no Estado, produzirem e exportarem trezentas saccas de farinha de mandioca de superior qualidade.

h) Dez, de um conto de réis cada um, para os agricultores que, no Estado, produzirem e exportarem dois mil kilos de toucinho bem preparado e acondicionado.

i) Dez, de quinhentos mil réis cada um, para os lavradores que, no Estado, produzirem e exportarem quinze mil kilos de milho, bem beneficiado.

j) Dez, de quinhentos mil réis cada um, para os lavradores que, no Estado, produzirem e exportarem seis mil kilos de feijão, bem beneficiado.

k) Dez, de trezentos mil réis cada um, para os lavradores que, no Estado, tiverem criação de aves e exportarem mil gallinhas, patos, perús ou quaesquer outras aves domesticas.

l) Vinte, de cem mil réis cada um, para os agricultores que, no Estado, colherem e exportarem duzentas duzias de ovos de gallinha.

m) Cinco, de dous contos de réis cada um, para os lavradores que, no Estado, colherem e exportarem fibras textis, na quantidade que for estabelecida pelo Presidente do Estado.

n) Dez, de um conto de réis cada um, para os lavradores que, no Estado, colherem e exportarem mil couros de animaes.

o) Dez, de dous contos de réis cada um, para os lavradores que, no Estado, cultivarem maniçoba ou seringueira e colherem e exportarem 2.000 kilos de borracha.

p) Dez, de um conto de réis cada um, para os lavradores que colherem, no Estado, e exportarem quinhentos kilos de seda ou casulos.

q) Dez, representado cada premio por um reproductor de raça, para os creadores que, no Estado, crearem mais de 200 cabeças de gado lanigero, vaccum, muar ou cavallar.

r) Vinte, de quinhentos mil réis cada um, para o lavrador que, no Estado, cultivar, colher e exportar mais de 5.000 kilos de fructos, em perfeito estado de conservação.

s) Vinte, de 500\$000 cada um, para quem fabricar, no Estado, e exportar mais de mil kilos de doces ou fructos, em conserva.

t) Dez, de dous contos de réis cada um, para as serrarias movidas a vapor ou agua que se estabelecerem, no Estado, e exportarem duzentas duzias de taboas ou caibros de 20 palmos, no minimo, de comprimento, ou quatrocentas duzias de ripas.

u) Dez, de cinco contos de réis cada um, para os agricultores que adoptarem, no Estado, o plantio de arroz, pelo systema de irrigação e em área nunca inferior a cincoenta hectares.

v) Dez. de dous contos de réis cada um, para os lavradores que, no Estado, tiverem 1.000 pés de cocos da Bahia, produzindo.

Art. 5.º Os premios instituidos por esta lei se referem á producção, colheita e exportação, durante um exercicio, a contar de 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de cada anno.

Art. 6.º O Presidente do Estado dará regulamento á presente lei e fica auctorisado a entrar em accôrdo com as empresas de transporte, celebrando os contractos que necessarios forem, para o fim de reduzir os fretes para exportação de todos os productos a que se refere esta lei; podendo mesmo, sendo preciso, pagar uma quota dos alludidos fretes.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Ordena, portanto, a todas as auctoridades que a cumpram e façam cumprir, como nella se contém.

O Secretario Geral do Estado faça publical-a, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 7 de Dezembro de 1908.

JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO.

Sellada e publicada nesta Secretaria Geral do Estado do Espirito Santo, em 7 de Dezembro de 1908.—*Ubaldo Ramalhet* Maia, Secretario Geral.

LEGGE N. 580

Autorizza il Presidente dello Stato a espropriare per publica utilità le terre incolte circostanti a questa Capitale e stabilisce vari premi.

Il Presidente dello Stato, cumpriendo quanto stabilisce l'Art. 40 della Costituzione, ordina che sia eseguita la presente legge del Congresso Legislativo.

Art. 1.º Il Presidente dello Stato é autorizzato a espropriare per publica utilità le terre incolte e circostanti a questa Capitale; compresa l'area che sarà giudicata necessaria per stabilirvi agricoltori che si dedicano alla piccola coltivazione.

Art. 2.º Queste terre saranno divise in lotti da 2 a 8 ettari l'uno, i quali saranno concessi gratuitamente agli agricoltori con l'obbligo di coltivarli secondo il regolamento che sarà fatto per la presente legge.

Art. 3.º Agli agricoltori che in esse si stabiliranno, il Governo fornirà ferramenta e macchine agricole, dando loro contemporaneamente le necessarie istruzioni tecniche.

Art. 4.º Sono stabiliti i seguenti premi:

a) Cinque premi di 200\$000 réis l'uno a favore degli agricoltori stabiliti nelle terre di cui si parla negli art. 2 e 3, che più si saranno distinti per la preparazione dei prodotti e per la maggiore quantità prodotta.

b) Un premio di cinque contos di réis per l'agricoltori che entro dieci anni e per due successivi raccolti, produrrà nello Stato ed esporterà più di dieci tonnellate di Cacao.

c) Dieci premi di cinquecento mila reis l'uno in favore degli agricoltori che nello Stato coltiveranno ed esporteranno più de seimila kg: di patate, dette «patate inglesi».

d) Venti premi di un conto di réis l'uno per gli agricoltori che nello Stato coltiveranno, produrranno ed esporteranno dodici mila kg: di riso preparato.

e) Dieci premi di cinquecento mila réis l'uno per gli agricoltori che nello Stato coltiveranno la vite, fabbricheranno ed esporteranno più di quattro mila litri di vino puro.

f) Dieci premi di due contos di réis l'uno per gli agricoltori che nello Stato raccoglieranno ed esporteranno più di mille litri di olio di cotone o due mila litri di olio di ricino.

g) Dieci premi di un conto di réis l'uno per gli agricoltori che nello Stato produrranno ed esporteranno trecento sacchi di farina di mandioca, de qualità superiore.

h) Dieci premi di un conto di reis l'uno per gli agricoltori che nello Stato produrranno ed esporteranno due mila kg: di lardo ben preparato e confezionato.

i) Dieci premi di cinquecento mila reis l'uno per gli agricoltori che nello Stato produrranno ed esporteranno quindicimila kg: di grano turco, ben preparato.

j) Dieci premi di cinquecento mila reis l'uno per gli agricoltori che nello Stato produrranno ed esporteranno seimila kg: di fagiuoli ben preparati.

k) Dieci premi de trecento mila reis l'uno per gli agricoltori che nello Stato si occuperanno della pollicultura ed esporteranno mille galline, anatre, tacchini, o qualsiasi altro volatile domestico.

l) Venti premi di centomila reis l'uno per gli agricoltori che nello Stato raccoglieranno ed esporteranno duecento dozzine di uova de gallina.

m) Cinque premi di due contos de reis l'uno per gli agricoltori che nello Stato raccoglieranno ed esporteranno fibre tessile, nella quantità che sarà fissata dal Presidente dello Stato.

n) Dieci premi di un conto di reis l'uno per gli agricoltori che nello Stato raccoglieranno ed esporteranno mille cuoi di animali.

o) Dieci premi di due contos di reis l'uno per gli agricoltori che nello Stato coltiveranno «manicoba» o «seringueira» e raccoglieranno ed esporteranno due mila kg: de cavutchouc.

p) Dieci premi di un conto di reis l'uno per gli agricoltori che raccoglieranno nello Stato ed esporteranno cinquecento kg: de seta e bozzoli.

q) Dieci premi rappresentati ognun d'essi da un produttore di razza, per gli allevatori che nello Stato allevano più de 200 capi di ovini, bovini, muli o cavalli.

r) Venti premi di cinquecento mila reis l'uno per l'agricoltore che nello Stato coltiverà, raccoglierà ed esporterà più di 5 mila kg: di frutta in perfetto stato di conservazione.

s) Venti premi de 50\$000 reis l'uno per chi fabbricherà nello Stato ed esporterà più di mille kg: di dolci o di frutta in conserva.

t) Dieci premi di due contos di reis l'uno per le segherie mosse avapore o ad acqua che si stabiliranno nello Stato ed esporteranno duecento dozzine de tavole o correnti di almeno venti palmi di lunghezza, o quattrocento dozzine di assi.

u) Dieci premi di cinque contos di reis l'uno per gli agricoltori che adotteranno nello Stato la coltiva-

zione del riso col sistema della irrigazione, sopra un'area non inferiore a 50 ettari.

v) Dieci premi di due contos di reis l'uno pei coltivatori che nello Stato terranno mille piedi di cocco di Bahia in produzione.

Art. 5° I premi stabiliti con questa legge si riferiscono alla produzione, al raccolto e alla esportazione durante il periodo che va dal 1° Gennaio al 31 Dicembre di ogni anno.

Art. 6° Il Presidente dello Stato redigerà un regolamento per questa legge ed è autorizzato a entrare in accordo con le imprese di trasporto, stipulando i contratti che fossero necessari, allo scopo di diminuire i noli per l'esportazione di tutti i prodotti a cui si riferisce questa legge; potendo anche, se fosse necessario, pagare una quota dei noli suindicati.

Art. 7° Si revocano le disposizioni in contrario.

Ordina pertanto a tutte le autorità che la adempiano e la facciano adempire come in essa è disposto.

Il Segretario Generale dello Stato la faccia pubblicare, stampare e circolare.

Palazzo del Governo dello Stato di Espirito Santo, addi 7 Dicembre 1908.

JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO.

Sigillata e pubilata in questa Segreteria Generale dello Stato di Espirito Santo, addi 7 Dicembre 1908.—
Ubaldo Ramallete Maia, Segretario Generale.

KAISERLICH DEUTSCHES KONSULAT

I. N. 32.—Victoria, 28 Februar 1909.—Eurer Excellenz habe ich die Ehre die von mir durchgesehene Uebersetzung des Gesetzes N. 580 ganz ergebenst zurückzusenden mit dem Wunsche, dass die lobenswerten Absichten, welche Eure Excellenz bei der Verbreitung des obigen Gesetzes im Interesse unseres Staates Espirito Santo leiten, von Erfolg gekrönt sein mögen. Meinen engeren Landsleuten glaube ich deshalb die Durchsicht des genannten Gesetzes angelegentlichst empfehlen zu müssen.

Der Kaiserliche Konsul für den Staat Espirito Santo
—A. Arens.—Seiner Excellenz dem Herrn Staatspräsidenten Dr. Jeronymo de Souza Monteiro.—Victoria.

GESETZ N. 580

ermächtigt den Staats-Präsidenten zur Entäusserung (Desapropriierung), in öffentlichem Interesse, der in der Umgebung dieser Hauptstadt belegenen unbebauten Ländereien und zur Gewährung mehrerer Prämien.

Der Staats-Präsident beordert, dass in Ausführung des Artikels 40 der Verfassung das nachfolgende Gesetz des hiesigen Staats-Congresses in Kraft tritt:

Artikel 1. Im öffentlichen Interesse wird der Staats-Präsident ermächtigt die unbebauten und in der Umgebung der Hauptstadt sich befindenden Ländereien zu entäussern (desapropriiren) und zwar soviel als nötig sind, um sie solchen Landwirten zu begeben, welche sich der Landwirtschaft in kleinem Umfange widmen.

Artikel 2. Diese Ländereien werden in Teilscheinen von je 2 bis 6 Hectaren verteilt, welche unentgeltlich an die Ackerbauern abgegeben werden unter der Bedingung jedoch, solche in Uebereinstimmung mit der in diesem Gesetze beigegebenen Anordnung zu bebauen.

Artikel 3. Die in solche Ländereien eingesetzten Ackerbauern wird die Regierung mit Handwerkzeug und landwirtschaftlichen Maschinen versehen und ihnen den nötigen technischen Unterricht erteilen lassen.

Artikel 4. Folgende Pramien werden festgesetzt :

a) 5 (Fünf) von je Rs. 200\$000 (Zweihundert Milreis) für diejenigen in Artikel 2 und 3 erwähnten Ackerbauern, welche sich am meisten auszeichnen sowohl in der Erzeugung der Produkte als auch in der Menge der letzteren.

b) Eine (1) von Rs. 5:000\$000 (Fünf contos de reis) für diejenigen Ackerbauern, welcher innerhalb zehn (10) Jahre und in jeder der zwei auf einander folgenden Ernten mehr als 10 Tons Cacao erntet und exportirt.

c) Zehn (10) von je Rs. 500\$000 (Fünfhundert Milreis, für diejenigen, die mehr als 6000 kilos Kartoffeln ernten und ausführen.

d) Zwanzig (20) von je Rs. 1:000\$000 (Ein conto de reis) denjenigen, die 12000 kilos Reis in präparirtem Zustande ausführen.

e) Zehn (10) von je Rs. 500\$000 (Fünfhundert Milreis) denjenigen, welche Weinbau treiben und mehr als 4000 Liter guten Wein machen und ausführen.

f) Zehn (10) von je Rs. 2:000\$000 (Zwei contos de réis) für diejenigen, welche im Staate mehr als 1000 Liter Baumwollöl oder 2000 Liter Ricinusöl ernten und ausführen.

g) Zehn (10) von je Rs. 1:000\$000 (Ein conto de reis) denjenigen, die 300 Sack Mandioca-Mehl bester Qualität ernten und exportiren.

h) Zehn (10) von je Rs. 1:000\$000 (Ein conto de reis) für diejenigen, die 2000 kilos Speck von guter Qualität bereiten und ausführen

i) Zehn (10) von je Rs. 500\$000 (Fünfhundert Milreis) denjenigen, welche im Staate 15000 kilos guten Mais ernten und ausführen.

j) Zehn (10) von je Rs. 500\$000 (Fünfhundert Milreis) denjenigen, die im Staate 6000 kilos Bohnen guter Qualität ernten und exportiren.

k) Zehn (10) von je Rs. 300\$000 (Dreihundert Milreis) für diejenigen, die Hühnerzucht (Geflügelzucht) betreiben und 1000 Hühner, Enten, Truthühner- (Hähne) oder sonstiges Geflügel züchten und ausführen.

l) Zwanzig (20) von je Rs. 100\$000 (Einhundert Milreis) denjenigen, welche 200 Dutzend Hühner-Eier eigener Zucht ausführen.

m) Fünf (5) von je Rs. 2:000\$000 (Zwei contos de reis) für diejenigen Ackerbauer, welche Pflanzenfaser für Baumwoll-Erzeugung-ernten und ausführen und zwar in der vom Staatspräsidenten zu bezeichnenden Menge.

n) Zehn (10) von je Rs. 1:000\$000 (Ein conto de reis) denjenigen, welche 1000 Kuh-Häute exportiren.

o) Zehn (10) von je Rs. 2:000\$000 (Zwei contos de reis) denjenigen, welche 2000 kilos Gummi des Maniçoba oder Pará-Gummibaumes ernten und ausführen.

p) Zehn (10) von je Rs. 1:000\$000 (Ein conto de reis) denjenigen, welche 500 kilos Seide oder Kokon im Staate ernten und exportiren.

q) Zehn (10) für Rasse-züchter solche, die mehr als 200 Stück Schafe, Kühe, Maultiere oder Pferde aufziehen.

r) Zwanzig (20) von je Rs. 500\$000 (Fünfhundert Milreis) für diejenigen, welche mehr als 5000 kilos Früchte in gutem Conservirungs-Zustande ernten und ausführen.

s) Zwanzig (20) von je Rs. 500\$000 (Fünfhundert Mil reis) denjenigen, welche mehr als tausend kilos Frucht-Conserven fabriziren oder ausführen.

t) Zehn (10) von je Rs. 2:000\$000 (Zwei contos de reis) für diejenigen mit Wasser oder Dampf arbeiten den Sägereien, welche im Staate 200 Dutzend Bretter oder Balken von mindestens 20 Palmos Länge oder 400 Dutzend Latten ausführen.

u) Zehn (10) von je Rs. 5:000\$000 (Fünf contos de reis) für diejenigen Ackerbauern, welche sich im Staate der Erzeugung von Reis nach dem Bewässerungs-Systeme und auf einem Areal von mindestens 50 Hectaren widmen.

v) Zehn (10) von je Rs. 2:000\$000 (Zwei contos de reis) denjenigen, welche im Staate 1000 fruchttragende Cocosbäume der Bahia Qualität besitzen.

Artikel 5. Die in diesem Gesetze festgesetzten Prämien beziehen sich auf die Erzeugung, Ernte und Ausfuhr während je eines Kalenderjahres d. h. vom 1. Januar bis 31. Dezember jedes Jahres.

Artikel 6. Der Staatspräsident gibt diesem Gesetze seine Ausführung und wird ermächtigt mit den Transport-Gesellschaften in Verbindung zu treten, um erforderlichen Falls Contracte einzugehen zum Zwecke der Erzielung ermässiger Frachten für die Ausfuhr der in

diesem Gesetze benannten Produkte und selbst, wenn nötig, einen Teil der Frachten aus Staatsmitteln zu bestreiten.

Artikel 7. Gegenteilige Verfügungen werden hiermit aufgehoben.

Victoria 7, Dezember 1908.

(gez.) JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO.



Decreto N.º 321

Regulamenta a materia da Lei. n 580 de 7
de Dezembro de 1908.

DECRETO N. 321

Regulamenta a materia da lei n. 580
de 7 de Dezembro de 1908.

O Presidente do Estado, usando de attribuição constitucional, e tendo em vista regulamentar a materia da lei n. 580 de 7 de Dezembro de 1908,

DECRETA

Art. 1º As terras incultas e circumvisinhas a esta Capital serão desapropriadas para fundação de uma colônia agricola.

Art. 2º A desapropriação de que trata o artigo antecedente abrangerá as terras situadas dentro da área que for julgada necessaria pelo Governo para nellas estabelecer agricultores que se dediquem á pequena lavoura.

Art. 3º Incumbe ao procurador da fazenda promover essa desapropriação, cumprindo-lhe intentar com os respectivos proprietarios os meios de accordo sobre o valor das terras a desapropriar.

Art. 4º Na impossibilidade do accordo, o valor da propriedade será determinado no juizo de direito da Capital, nos termos e pela forma determinada pela lei n. 46, de 3 de Dezembro de 1892.

Art. 5º Depois de desapropriadas, o governo con-

cederá essas terras em lotes de 2 a 8 hectares, gratuitamente, a lavradores, com a condição de as cultivar, de accordo com as disposições deste decreto.

Art. 6º. Aos agricultores que nellas se estabelecerem o governo fornecerá ferramentas e machinas agrarias, fazendo-lhes ministrar a necessaria instrucção technica.

Art. 7º. As medições e discriminações dos lotes requeridos serão effectuadas pela directoria de terras, correndo as despezas respectivas por conta dos pretendentes.

Art. 8º. As ferramentas e machinas agrarias serão fornecidas pelo Governo a praso de 2 annos para pagamento do custo respectivo.

Art. 9º. As concessões dessas terras serão feitas com a condição de serem as mesmas destinadas exclusivamente ao cultivo da pequena lavoura de legumes, cereaes, etc.

Art. 10. Aos interessados que tiverem pago as despezas de medição e demarcação das terras que lhes forem concedidas e bem assim os sellos e emolumentos respectivos—serão expedidos titulos provisionarios que serão substituidos por definitivos, quando provarem ter cumprido as obrigações estatuidas nos arts. 8 e 9.

Art. 11. Dentro dos 2 annos seguintes á expedição do titulo provisionario, deverá o concessionario começar a cultivar as suas terras.

Art. 12. Constitue motivo de caducidade da concessão, a inobservancia das disposições dos arts. 8, 9 e 11 deste decreto, dentro do praso de 2 annos contados da data da expedição do titulo provisionario.

Art. 13. Para concorrer a qualquer dos premios instituidos pelo art. 4º da lei n. 580, de 7 de Dezembro de 1908, letras *a, b, c, d, e, f, g, i, j, o, r e v*, deverá o pretendente ser agricultor e provar:

a) que é proprietario, arrendatario ou foreiro do terreno em que estiver estabelecido;

b) que o producto com que pretende concorrer ao premio é colhido de lavoura sua.

§ unico. A prova de que trata a letra *a)* poderá ser feita pela exhibição do titulo habil ou por outro qualquer meio de direito.

Para satisfazer a exigencia da letra *b)* deverá o pretendente ao premio requerer ao governo a competente verificação da sua lavoura antes da respectiva colheita.

Art. 14. Satisfeitas as exigencias do art. antecedente, pedirá o agricultor a effectividade do pagamento do premio a que tiver direito, juntando documento que prove haver exportado o producto.

§ unico. Os premios destinados aos agricultores que se estabelecerem nas terras desapropriadas em virtude deste decreto poderão ser pagos independente da prova de que trata este artigo.

Art. 15. Para obter os premios de que tratam as letras *b)* e *g)* do art. 4, da lei citada, devem os pretendentes satisfazer as exigencias do art. 13, primeira parte, e provar que se dedicam á pecuaria.

Art. 16. Para os premios de que tratam as letras *k)* e *l)*, devem os pretendentes satisfazer as exigencias da primeira parte do art. 13 e provar que têm criação de aves.

Art. 17. Para os premios de que tratam as letras *n)* e *u)* do cit. artigo, os pretendentes deverão ser agricultores e provar que ou exportaram mil couros de animaes ou adoptam o plantio do arroz pelo systema de irrigação, em área superior a 50 hectares.

Art. 18. Para o premio de que trata a letra *m)* deverá o pretendente ser agricultor e exportar dois mil kilos de fibras textis.

Art. 19. Para os premios de que trata a letra *p)* do cit. art., devem os pretendentes satisfazer a exi-

gencia da 1.^a parte do art. 13 e provar que se dedicam á cultura do bicho de sêda.

Art. 20. Os premios de que tratam os arts. antecedentes só se referem á producção ou colheita relativa a um exercicio contado de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada anno.

Art. 21. A verificação da cultura ou producção será sempre feita pelo Governo e é condição essencial para a effectividade do premio pretendido.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario Geral do Estado faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 13 de Abril de 1909.

JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO.

Sellado e publicado nesta Secretaria Geral do Estado do Espirito Santo, em 13 de Abril de 1909.—*Ubaldo Ramalhetes Maia*, Secretario Geral.



DECRETO N. 321

Relativo al disposto della legge N. 580, in data 7 Dicembre 1908.

Il Presidente dello Stato, valendosi dell'attribuzione costituzionale e basandosi sul disposto dalla legge N. 580 delli 7 Dicembre 1908,

DECRETA

Art. 1. Le terre incolte e circonvicine a questa capitale, saranno espropriate per la fondazione di una colonia agricola.

Art. 2. L'espropriazione della quale tratta l'articolo precedente, abbraccerà le terre situate dentro quell'area che sarà giudicata necessaria dal Governo, per stabilire nella medesima, quegli agricoltori che si dedicheranno alla piccola coltivazione.

Art. 3. Spetta al Procuratore delle finanze di promuovere questa espropriazione, fissando di buon accordo con i rispettivi proprietari, il valore delle terre da espropriarsi.

Art. 4. Nell'impossibilità di un accordo, il valore della proprietà sarà determinato dal Giudice di diritto della Capitale, nei termini e nella forma stabilita dalla legge N. 46 del 3 Dicembre 1892.

Art. 5. Dopo di averle espropriate, il Governo concederà queste terre in lotti da 2 a 8 ettari cadauno, gratuitamente, ad agricoltori, con la condizione di coltivarle, di accordo con la disposizioni di questo decreto.

Art. 6. Agli agricoltori che si stabiliranno nelle medesime, il Governo fornirà ferramenta e macchine agricole, facendo dar loro la necessaria istruzione tecnica.

Art. 7. Le misure e divisioni dei lotti richiesti saranno effettuate dalla Direzione delle Terre, correndo le rispettive spese per conto dei richiedenti.

Art. 8. Le ferramenta e macchine agricole, saranno fornite dal Governo con due anni di tempo per il pagamento del rispettivo costo.

Art. 9. Le concessioni delle dette terre saranno fatte con la condizione che vengano esclusivamente destinate alla piccola coltivazione di legumi, cereali, ect.

Art. 10. Agli interessati che avranno pagate le spese di misurazione e demarcazioni delle terre che gli saranno concesse, come pure le tasse e emolumenti rispettivi, verranno spediti i titoli provvisori i quali saranno sostituiti dai definitivi quando si comproverà di aver compiute le obbligazioni stabilite dagli articoli 8 e 9.

Art. 11. Dentro i primi due anni, dalla spedizione del titolo provvisorio, il concessionario dovrà cominciare a coltivare le sue terre.

Art. 12. Constituisce motivo di caducità della concessione l'inosservanza delle disposizioni degli articoli 8, 9 e 11 de questo decreto dentro il tempo di due anni, a contare dalla data del rilascio del titolo provvisorio.

Art. 13. Per concorrere a qualcuno dei premi istituiti dall' art. 4. della legge n. 580 delli 7 dicembre 1908, lettere *a, b, c, d, e, f, g, i, j, o, r* e *v* dovrà il pretendente essere agricoltore e provare:

a) Che è proprietario, affittaiolo o enfiteuta del terreno nel quale si sarà stabilito.

b) Che il prodotto col quale pretende concorrere al premio è frutto del suo lavoro.

§ Unico. La prova della quale tratta la lettera *a* potrà esser fatta con l'esibizione del titolo valevole o con qualsiasi altro mezzo di diritto.

Per soddisfare all'esigenza della lettera *b* dovrà il pretendente al premio, richiedere al Governo la competente verifica del suo lavoro, avanti della rispettiva raccolta.

Art. 14. Soddisfatte l'esigenze dell' articolo antecedente, chiederà l' agricoltore che gli venga pagato il premio al quale avrà diritto, unendo il documento comprovante avere esportato il prodotto.

§ Unico. I premi destinati agli agricoltori che si stabiliranno nelle terre espropriate in virtù di questo decreto, potranno essere pagati indipendentemente dalla prova della quale tratta questo articolo.

Art. 15. Per ottenere i premi dei quali trattano le lettere *b* e *g* dell' art. 4, della citata legge, devono i pretendenti soddisfare alle esigenze dell' art. 13, prima parte, e provare che si dedicano all' allevamento dei bestiani.

Art. 16. Per i premi dei quali trattano le lettere *k* e *l*, devono i pretendenti soddisfare alle esigenze della prima parte dell' art. 13 e provare che hanno l'allevamento dei pollami.

Art. 17. Per i premi dei quali trattano le lettere *n* e *u* del citato articolo i pretendenti dovranno essere agricoltori e provare che esportarono mille pelli di animali o hanno fatta una piantagione di riso, col sistema di irrigazione, in una area superiore a cinquanta ettari.

Art. 18. Per il premio del quale tratta la lettera *m* dovrà il pretendente essere agricoltore e esportare duemila chilogrammi di fibre tessili.

Art. 19. Per i premi dei quali tratta la lettera *p* del citato articolo, devono i pretendenti soddisfare all'esigen-

za della prima parte dell'articolo 13, e provare che si dedicano alla coltura del baco da seta.

Art. 20. I premi dei quali trattano gli articoli antecedenti, solo si riferiscono alla produzione o raccolta relativa a un esercizio, contando dal 1 gennaio al 31 dicembre di ciascun anno.

Art. 21. La verifica della coltura o produzione, sarà sempre fatta dal Governo, e a condizione essenziale per l'effettività del premio preteso.

Art. 22. Sono rivate le disposizioni in contrario.

Il Segretario Generale dello Stato lo faccia pubblicare, stampare e circolare.

Palazzo del Governo dello Stato di Espirito Santo, addì 13 Aprile 1909.

JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO

Sigillato e pubblicato in questa Segreteria Generale dello Stato di Espirito Santo, addì 13 di Aprile 1909.—
Ubaldo Ramalhe Maia, Segretario Generale.



ERLASS N. 321

Vorschriften zur Anwendung des
Gesetzes n^o 580 vom 7. Dezember
1908.

Der Staatspräsident, von seiner gesetzmässigen Befugnis Gebrauch machend und in der Absicht das Gesetz N^o 580 vom 7. Dezember 1908 zu regeln verordnet:

Art. 1. Die unbebauten Ländereien in der Nähe der Stadt werden entaeussert zum Zwecke der Gründung einer landwirtschaftlichen Colonie.

Art. 2. Die Entaeussierung, von welcher der vorhergehende Artikel handelt, bezieht sich auf alle Ländereien, die nach Ansicht der Regierung notwendig sind, um Colonisten anzusiedeln, die sich der Landwirtschaft in kleinem Masstabe widmen.

Art. 3. Beauftragt den «Procurador da Fazenda» diese Entaeussierungen vorzunehmen und sich zu bemühen, zu einem Einverständnis mit dem Eigentüemer ueber den Kaufpreis zu gelangen.

Art. 4. Im Falle der Unmöglichkeit eines Uebereinkommens wird der Wert des Landes von der Gerichtsbarkeit bestimmt und zwar im Rahmen des Gesetzes N^o 46 vom 3. Dezember 1892.

Art. 5. Nach Entaeussierung werden die erworbenen Ländereien gratis an Landarbeiter verteilt mit der

Bedingung, dass sie selbige in Uebereinstimmung mit dem Wortlaute dieses Gesetzes bebauen.

Art. 6. Die Regierung liefert den Landarbeitern Werkzeuge und landwirtschaftliche Maschinen mit der nötigen Anleitung zum Gebrauch.

Art. 7. Die Vermessung und Grenzbestimmung wird von der «Directoria de Terras» vorgenommen und sind die betreffenden Auslagen fuer Rechnung der Ansiedler.

Art. 8. Die Werkzeuge und Ackerbau-Maschinen werden von der Regierung gegen Zahlung des Kostenpreises auf 2 jaehrige Frist geliefert.

Art. 9. Die Concessionen fuer diese Laendereien werden nur unter der Bedingung gewaehrt, dass auf selbigen Gemuese, Getreide, Huelsenfruechte u. s. w. angebaut werden.

Art. 10. Den Beteiligten werden nach Bezahlung der Vermessungskosten sowie der Stempel und sonstigen Gebuehren provisorische Besitzscheine ausgestellt, welche durch definitive ersetzt werden, sobald sie den Verpflichtungen der Art. 8 und 9 nachgekommen sind.

Art. 11. Der Ansiedler muss innerhalb zweier Jahre nach Erhalt des provisorischen Besitzscheines mit dem Anbau der Laendereien beginnen.

Art. 12. Die Concession wird hinfaelig, wenn die Artikel 8, 9 und 11 innerhalb zweier Jahre nach Ausstellung des provisorischen Besitzscheines nicht beobachtet worden sind.

Art. 13. Un teilzunehmen and den Preisen, welche durch den Artikel 4 des Gesetzes N^o 580 vom 7. Dezember 1908 geschaffen worden, muss der Bewerber Landarbeiter sein und folgende Bedingungen erfuellen.

- a) Besitzer oder Pächter seines Landstückes sein ;
- b) Das Erzeugnis, mit welchem er an der Concurrenz teilnimmt, muss von seiner Arbeit herruehren.

Der Beweis, von welchem Punkt a handelt, wird

erbracht durch Vorzeigung des Befaeigungs-Zeugnisses oder auf auderen rechtlich erlaubten Wege.

Um dem Punkt b) zu entsprechen, muss der Bewerber um Pruefung seiner Landarbeit vor der Ernte einkommen.

Art. 14. Bewerber, welche dem vorhergehenden Artikel Genuege leisten, kommen um Zahlung des ihnen zustehenden Preises ein unter Beifuegung der Belege, welche die Ausfuhr des Erzeugnisses bestaetigen.

Nachsatz : Den auf den von der Regierung erworbenen Laendereien angesiedelten Colonisten werden die ihnen zustehenden Präemien bezahlt unabhaengig davon, ob sie den Bestimmungen in diesem Artikel Genuege leisten.

Art. 15. Um die ausgesetzten Präemien zu erhalten, die unter Punkt h und g des Art 4 erwaeht sind, muessen die Bewerber den Bedingungen des Art. 13., erster Teil entsprechen und nachweisen, dass sie Viehzuechter sind.

Art. 16. Fuer die Concurrrenz k und i muessen die Bewerber den Bedingungen des I Teils des Art. 13 genuegen und nachweisen, dass sie Geflügelzucht betreiben.

Art. 17. Zur Erlangung der Präemien unter Punkt n und u muessen die Bewerber Landarbeiter sein und den Beweis erbringen, dass sie entweder 1000 Haeute ausfuehren oder mehr als 50 Hectar mit Reis durch das Berieselungs-System bebaut haben.

Art. 18. Fuer die Prämie unter Punkt m muss der Bewerber Ackerbauer sein und 2000 Kilos Pflanzenfasern ausfuehren.

Art. 19. Für die Praemien, von welchen Art. p handelt, muessen die Bewerber den Bedingungen des I Teils Art. 13 erfuellen und die Seidenwurmzucht betreiben.

Art. 20. Die Praemien, welche die vorhergehen-

den Artikel behandeln, beziehen sich auf die Production oder Ernte in dem Zeitraum von 1. Januar bis 31. Dezember jedes Jahres.

Art. 21. Die Aufsicht der Landarbeit oder der Production wird von der Regierung besorgt und ist Bedingung zur Teilnahme an der Concurrenz.

Art. 22. Alle gegenteiligen Verordnungen werden ausser Kraft gesetzt.

Der General Staatssekretär wolle das Gesetz veröffentlichten, im Druck erscheinen lassen und fuer Bekanntmachung Sorge tragen.

Victoria, 13. April 1909.

(gez.) JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO.

